

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.245 - SP (2019/0331511-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS E OUTRO(S) -
SP273843
RECORRIDO : EDEVALD DE ALMEIDA
RECORRIDO : MARIA INES BOMBONATTI DE ALMEIDA
ADVOGADO : EDNILSON FIGUEREDO SANTOS - SP222274

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE em face de acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 253) :

SAÚDE - Reajuste de mensalidade - Mudança de faixa etária aos 59 anos de idade - Possibilidade - Inaplicabilidade da proteção legal do Estatuto do Idoso - Inteligência do Recurso Especial n.l.568.244/RJ, e Tema 952, do STJ, conforme julgamento em sistema de recursos repetitivos - Submissão da questão à legislação consumerista - Artigo 51, IV, do CDC - Súmula 100, do TJSP - Necessidade de observância da Resolução ANS n. 63/2003, que prevê que o valor fixado para a última faixa etária não seja superior a seis vezes o valor da primeira faixa etária, bem como que a variação acumulada entre a sétima e a décima faixas não seja superior à variação acumulada entre a primeira e a sétima faixas - Aplicação das teses definidas no IRDR n. 0043940-25.2017.8.26.0000 - Imposição de aumento percentual de 89,07%, o qual foi reduzido para 38,85% - Devolução determinada a partir da mensalidade cobrada três anos antes da propositura da ação - Prescrição trienal - Tese adotada pelo STJ nos Recursos Especiais 1.360.969/RS e 1.361.182/RS, em sistema de julgamento de recurso repetitivo - Honorários advocatícios que foram fixados em percentual módico, e não merecem correção - Recurso da ré não provido e dos autores provido em parte.

É o relatório. Decido.

A questão de direito do recurso especial foi afetada à Segunda Seção como representativa de controvérsia a ser julgada sob o rito dos recursos especiais repetitivos, nos termos dos arts. 1.036 e 1.037 do CPC/2015, tendo as decisões de afetação dos REspS 1.716.113/DF, 1.721.776/SP, 1.723.727/SP, 1.728.839/SP, 1.726.285/SP e

1.715.798/RS delimitado o Tema 1.016 dos Recursos Especiais Repetitivos, nos termos da seguinte ementa:

PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). PLANO DE SAÚDE COLETIVO. CONTROVÉRSIA SOBRE A VALIDADE DA CLÁUSULA DE REAJUSTE POR FAIXA ETÁRIA E SOBRE O ÔNUS DA PROVA DA BASE ATUARIAL DO REAJUSTE. DISTINÇÃO COM A HIPÓTESE DO TEMA 952/STJ.

1. Existência de teses firmadas por esta Corte Superior no julgamento do Tema 952/STJ acerca da validade de cláusula contratual de reajuste por faixa etária.

2. Limitação da abrangência do Tema 952/STJ aos planos de saúde individuais ou familiares.

3. Necessidade de formação de precedente específico acerca dos planos coletivos.

4. Delimitação da controvérsia: (a) validade de cláusula contratual de plano de saúde coletivo que prevê reajuste por faixa etária; e (b) ônus da prova da base atuarial do reajuste.

5. RECURSO ESPECIAL AFETADO AO RITO DO ART. 1.036 DO CPC/2015.

(ProAfR no REsp 1716113/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)

Além disso, nesses julgamentos, houve determinação de suspensão dos processos que versem sobre idêntica questão de direito e que estejam pendentes de apreciação em todo território nacional.

Nesse contexto, em observância à economia processual e ao art. 256-L do RISTJ, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do questão, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Cumprе destacar que, em conformidade com o art. 1.041, § 2º, do CPC/2015, apenas após essas providências é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser reencaminhado a este Tribunal Superior, independentemente de ratificação, para análise das demais questões jurídicas nele suscitadas que eventualmente não fiquem prejudicadas pela conformidade do acórdão recorrido com a decisão sobre o tema repetitivo ou pelo novo pronunciamento do Tribunal de origem.

Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto, **determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa**, a fim de que, nos termos dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, após o julgamento do tema de recurso repetitivo: *i)* **negue-se seguimento** ao recurso especial no caso de o acórdão recorrido coincidir com a tese firmada sobre o aludido tema; ou *ii)* **proceda-se a novo exame** da matéria, no órgão prolator da decisão vergastada, na hipótese desta última divergir da referida tese.

Publique-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator